



## FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E IMPLICAÇÕES PARA A DISPUTA NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO

SOARES, Jéssica Degrandi

**Resumo:** O presente artigo tem como propósito apresentar estratégias de defesa dos direitos da classe trabalhadora a partir do posicionamento hegemônico do Serviço Social preconizado nos documentos que o regulamentam e os debates realizados na área. Trata-se de um estudo realizado através de revisão bibliográfica oriunda do projeto de tese em Serviço Social da PUCRS. Em síntese, a partir do acúmulo da profissão na perspectiva do direcionamento ético-político, e da defesa dos direitos humanos e sociais, evidencia-se enquanto estratégia a inserção da categoria profissional no debate da comunicação e sua inserção nas diversas mídias.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Fundamentos do Serviço Social; Projeto Ético-Político Profissional; Comunicação.

### 1. INTRODUÇÃO

Esta produção busca problematizar e discorrer sobre os fundamentos do Serviço Social e a Comunicação, a fim de compreender as possibilidades desta interlocução para a defesa dos posicionamentos de assistentes sociais no âmbito do trabalho profissional e enquanto estratégia de defesa dos direitos da classe trabalhadora. Para tanto, considera-se fundamental a compreensão dos aspectos que envolvem o debate sobre o Projeto Ético-político do Serviço Social para pensar os fundamentos da profissão, e assim desenvolver mediações com a temática da comunicação.

Nesse processo, buscou-se trabalhar com leituras críticas da realidade pensando o posicionamento da categoria frente aos diversos debates travados na área, trazendo documentos como o Código de Ética da profissão, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e alguns debates oriundos da produção de conhecimento na área. Também discorreu-se sobre o Estado brasileiro, os meios de comunicação de massas, as violações de direitos vivenciadas nesses espaços e como esses debates incidem no trabalho das/os assistentes sociais.

Assim, este trabalho apresenta introdução, desenvolvimento e conclusão com o objetivo de apresentar estratégias de defesa dos direitos da classe trabalhadora a partir do posicionamento hegemônico Serviço Social preconizado nos documentos que o regulamentam e os debates realizados na área.



## **2. POSICIONAMENTO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL E AS POSSIBILIDADES DE DEFESA DA CLASSE TRABALHADORA**

Tratar sobre os fundamentos do Serviço Social é pensar a profissão e o posicionamento adotado por assistentes sociais nos mais diversos espaços de trabalho. Pela diversidade e pelas especificidades que se expressam na realidade social, é necessário que os documentos que orientam a profissão desde a formação até o trabalho profissional sejam profundamente debatidos pela categoria de assistentes sociais.

Ao se afirmar a importância dos documentos que foram historicamente discutidos na profissão, destaca-se nessa produção, o Código de Ética profissional da/o Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), pois é a partir destes “componentes que se materializam os elementos constitutivos do projeto ético-político” (BRAZ, TEIXEIRA, 2009, p. 9).

O direcionamento adotado e a clareza dos direcionamentos defendidos nas entidades organizativas da profissão evidenciam o debate no âmbito das diretrizes curriculares da ABEPSS, em que “objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa” (ABEPSS, 1996, p. 10). Pois, compreender o ser social situado no espaço e no tempo, é compreender como os aspectos que constituem a totalidade incidem da vida cotidiana, pensando como se desenvolvem as relações sociais nas condições de acirramento das desigualdades sociais que se agudizam a partir das crises do capital.

Ainda nas diretrizes curriculares (1996), se destaca a centralidade do trabalho para o entendimento da vida social, pensando elementos como a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a capacidade “de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade” (1996, p. 10). Mas ao mesmo tempo em que se destacam as possibilidades que emergem a partir do trabalho e da práxis, também se evidenciam nessa relação as condicionalidades da lógica do capital e da sociabilidade burguesa que desenvolve mecanismos de produção e reprodução do capital.

O trabalho se constituindo enquanto categoria central para compreender a realidade social a partir das contradições que se estabelecem tanto na perspectiva da dominação e da exploração, quanto na resistência apresentam implicações para o movimento de “reconhecer as dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas dos processos sociais, em seu movimento contraditório e elementos de superação” (1996, p.10). A partir do pequeno trecho



destacado das Diretrizes da ABEPSS (1996) evidencia-se o que é preconizado para o ensino em Serviço Social e os direcionamentos das/os futuras/os assistentes sociais que ingressarão no mundo do trabalho.

O Código de Ética Profissional que traz as atribuições privativas, competências, princípios fundamentais e apresenta o direcionamento da profissão para a realidade profissional faz com que os caminhos da profissão se constituam a partir dessas prerrogativas que foram amplamente discutidas pela categoria profissional ao decorrer do processo socio-histórico da profissão no Brasil. Assim, o conteúdo que se expressa nesse documento

Incorporou tanto a acumulação teórica realizada nos últimos vinte anos pelo corpo profissional quanto os novos elementos trazidos ao debate ético pela urgência da própria revisão. Neste sentido, o Código de Ética Profissional de 1993 é um momento basilar do processo de construção do projeto ético-político do Serviço Social no Brasil (NETTO, 2006, p. 15)

Tratando-se do acúmulo teórico desenvolvido ao decorrer da história do Serviço Social, como foi destacado por Netto (2006). Evidencia-se que essa herança da produção intelectual na área é uma das grandes preocupações na atualidade, prova disso é a contribuição de Closs (2013) ao trazer a importância da produção do conhecimento na área, defendendo que o Serviço Social ao se inserir nos espaços que evidenciam as relações sociais na realidade brasileira, tem condições de interpretar essa realidade ao mesmo tempo que insere sentido ao seu trabalho, e nessa perspectiva, a autora destaca que esse movimento de análise da realidade social “precisa ser apreendida de forma historicamente contextualizada” (2015, p. 37).

Isso quer dizer que pensar a profissão nos diversos âmbitos da sociedade para defender o projeto ético-político do Serviço Social é entender que “este projeto se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero” (NETTO, 2009, p. 155). Assim, Netto também destaca a defesa intransigente dos direitos humanos em todos os âmbitos da vida social.

Esse direcionamento da profissão é fundamental para a produção de todos os conteúdos que partem das categorias representativas, como é o caso da ABEPSS, do Conjunto CFESS/CRESS e da ENESSO. Evidencia-se que há um acúmulo de produção de documentos em todos esses espaços, e destaca-se aqui a produção do Conjunto



CFESS/CRESS a partir de uma de suas produções intitulada CFESS Manifesta<sup>1</sup>, que abordaram as seguintes temáticas:

Assistência social, direitos humanos, internacional, tráfico de pessoas, trabalho, previdência social, serviço social, LGBT, educação, infância e adolescência, juventudes, mulheres, judiciário, idoso, pessoa com deficiência, saúde, cidade e campo, seguridade social, democratização da comunicação, movimento negro, questão indígena e outros (SOARES, 2018, p. 51).

Na pesquisa e produção de conhecimento na área de fundamentos do Serviço Social, entende-se que esses elementos são profundamente debatidos pelas/os pesquisadoras/es da área, mas a intencionalidade a partir dessa produção é apresentar as potencialidades da direção ético-política e a importante contribuição do Serviço Social para a sociedade no âmbito dos meios de comunicação, para isso identificou-se elementos nas produções que apresentam caminhos para esse debate. Ou seja, trata-se de uma área profundamente implicada com as temáticas que emergem do cotidiano do trabalho, e que mesmo resumidas em categorias trazem um amplo debate sobre expressões da questão social que se expressam em cada uma dessas temáticas.

Esse movimento de elucidar e realizar o recorte para uma das diversas produções realizadas pela categoria profissional é defendida a partir da Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS referindo que “o Serviço Social tem muito a dizer” (CFESS, 2016, p. 9).

Nesta 3ª edição da Política Nacional de Comunicação, o Conjunto CFESS-CRESS assume um posicionamento estratégico: o de defesa do direito à comunicação. Ora, se a palavra “comunicar” significa “tornar comum, fazer saber”, e se todas as pessoas têm direito a saber, a conhecer seus próprios direitos, a exercer sua cidadania, a se expressar, está claro que a luta pelo direito à comunicação precisa ser um compromisso assumido por assistentes sociais, profissionais que lidam cotidianamente com o processo de mediação para o acesso a direitos pela população (CFESS, 2016, p. 9).

A Política de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS foi construída ao longo dos anos oriunda de discussões de pesquisadoras/es da área e a partir dos encontros nacionais da categoria. “A primeira e a segunda versão, publicadas respectivamente em 2007 e 2011, foram documentos de grande importância e serviram de acúmulo para a construção da nova política” (CFESS, 2016, p. 01).

Na necessidade de se pensar a totalidade que envolve a comunicação e de pensar o projeto ético-político dos assistentes sociais que ultrapassa o fazer profissional, a Política de Comunicação reitera o compromisso com a sociedade e com as lutas

---

<sup>1</sup> Ver em <http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>



sociais em prol da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, o CFESS se uniu ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e inseriu em suas bandeiras de luta à democratização da comunicação (SOARES, 2018, p. 53).

Assim, o Serviço Social amplia seus espaços de debates e é convidado a participar da disputa pelos discursos, trazendo os posicionamentos da profissão para a sociedade para além de seus espaços de trabalho, mas também em âmbito midiático.

Mesmo entendendo que as Políticas Sociais se constituem enquanto espaços privilegiados para o trabalho das/os assistentes sociais, Closs (2013) destaca a necessidade rompimento no “âmbito da institucionalidade”, mas destaca os elementos que dimensionam este espaço, pois ressalta que este espaço institucional em muitos momentos anula os antagonismos de classe, e é necessário que as/os profissionais estejam atentos a esses processos.

A autora (CLOSS, 2016) ao trazer esse rompimento, refere a importância do “aprofundamento da análise e do acompanhamento conjuntural das formas de resistência e organização que emergem da sociedade, bem como de suas orientações políticas, aglutinando forças sociais sintonizadas com a direção social do projeto profissional” (2015, p. 48). Também destaca elementos oriundo do campo da cultura, em que:

Chama a atenção o campo da cultura, que, em uma acepção ampla, indaga sobre a esfera dos valores e ideologias em disputa na sociedade. Portanto, um campo que atravessa a leitura profissional sobre a realidade, em especial no que tange à moralidade hegemônica engendrada pela sociabilidade burguesa [...] se expressando em processos de culpabilização e discriminação dos sujeitos, que desconsideram as condições objetivas de vida e de produção de desigualdades, explicando-se estes processos a partir do plano moral, psicológico e comportamental (CLOSS, 2016, p. 37)

Nessa perspectiva a autora traz os elementos do cotidiano que incidem na maneira de pensar, por isso, a preocupação com os documentos dos documentos que reforçam o posicionamento da categoria como um todo são fundamentais para trabalhadoras/es da área realizarem movimento que questionem e combatam os discursos discriminatório, que culpabilizam e individualizam as expressões da questão social.

Aproveita-se a partir da articulação com os diversos segmentos da classe trabalhadora que se direcionam a defesa dos direitos sociais, que é necessário ao Serviço Social construir meios alternativos para a defesa das pautas da profissão, e nessa relação compreender o movimento da realidade social e realizar as análises conjunturais constituem-se fundamentais para identificar as demandas, as possibilidades e os desafios. Assim, compreendendo os



limites do Estado brasileiro, as contradições no âmbito das políticas sociais e as possibilidades a partir da articulação e mobilização social.

### 3. ESTADO, COMUNICAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL

A partir do debate realizado no item anterior se destacam os elementos que convocam a categoria de assistentes sociais a participar da luta pela defesa da democratização da comunicação, entendendo que a comunicação é um direito humano, e também na disputa pelos posicionamentos sobre as diversas temáticas que são discutidas no âmbito do Serviço Social e que a partir dos meios de comunicação tradicionais se destacam tendências conservadoras e criminalizadoras da pobreza e dos movimentos sociais.

Ao destacar a importância do Serviço Social realizar as análises de conjuntura para identificar os elementos que constituem a realidade social possibilitando compreender as motivações das forças conservadoras, reacionárias e defensoras do grande capital nas mídias, alguns elementos são evidenciados.

Um desses elementos é a motivação do direcionamento dos meios de comunicação de massa, principalmente tratando-se da televisão e rádio, que “[...] integram conglomerados econômicos nacionais e multinacionais” (SALLES, 2011, p. 46), e que as emissoras privadas com concessão pública no Brasil estão subordinadas e diretamente ligadas “[...] à hipertrofia da lógica privada no setor de radiodifusão” (MARINONI, 2015, p. 01). O que se questiona a partir dessa relação entre o público e o privado é a condição do Estado brasileiro enquanto regulador dessas concessões, e também, como se dá o interesse desse Estado.

Para Fontes (2017), o Estado se apresenta a partir de conciliações de contradições sociais, e que a partir dessas condições, ele se constitui enquanto um assegurado da ordem vigente, o capitalismo. Fontes (2017) também destaca que a relação nacional e internacional das direções tomadas pelo Estado, e que este utiliza de “aparelhos privados de hegemonia sustentados pelo empresariado e voltados para convencimento de massa, contando com recursos técnicos refinados, parece alterar a própria dinâmica da representação política” (FONTES, 2017, p.418), e nessa perspectiva identifica-se o papel dos meios de comunicação de massa.

A grande mídia defende com unhas e dentes a expropriação em curso e, enquanto foi possível, equilibrou-se entre defender a Lava-Jato e procurar dispensar certa proteção a alguns parlamentares suspeitos, mas estratégicos, ao menos enquanto se desincumbiam das tarefas da violenta contrarreforma antipopular. Até quando essa mídia manterá a defesa da Lava-Jato? Até onde poderá acomodar os suspeitos de sua confiança? (FONTES, 2017, p.423)





Os questionamentos levantados pela autora algumas respostas no ano de 2019, em que uma agência de notícias intitulada “The Intercept” teve acesso às conversas do aplicativo de mensagens “Telegram” entre os procuradores da Lava Jato e o então Juiz Sérgio Moro, apresentando elementos que fragilizam o entendimento de condução ética do processo que prender o ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. O que se apresenta na atualidade são revisões de posicionamentos nos mais variados meios de comunicação, e uma condição que ainda precisa ser analisada, mas o que pode se identificar desse processo de vazamento de informações é que o âmbito da comunicação apresenta estreitas ligações de interesses com diferentes vertentes políticas no país.

O exemplo dado sobre a Operação Lava-Jato, é trazido para identificar os direcionamentos dos meios de comunicação, e o anseio das elites brasileira de acabar com os avanços apresentados nos governos do Partido dos Trabalhadores, que mesmo entre todas as contradições, apresentou alguns ganhos à classe trabalhadora, porém a condição do esgotamento do projeto neodesenvolvimentista apresentado por Keller (2019) trouxe a tona o “fortalecimento de um pensamento conservador reacionário que vem ganhando espaço nas ruas (articulado pela grande mídia, empresariado, determinados grupos religiosos etc.)” (2019, p. 176).

A partir da contribuição de Keller (2019) e Fontes (2017) identificam-se pautas que são comuns ao debate do Serviço Social, como o Estado brasileiro, as políticas sociais e as forças conservadoras que cada vez mais ganham espaço no país. Nessa perspectiva Keller apresenta as incidências dessa realidade na área do Serviço Social, pois:

O Serviço Social, como profissão que atua diretamente no campo das políticas sociais, sofre repercussões diretas das diretrizes executadas no âmbito do Executivo federal. Na atualidade, os assistentes sociais vivenciam um contraditório movimento ora em defesa de direitos sociais conquistados ora em questionamento da própria realidade da profissão, expressa por precárias condições de trabalho. (KELLER, 2019, p. 176).

Essas precárias condições de trabalho do Serviço Social são reflexo de inúmeros direcionamentos oriundos da ordem capitalista, destacando-se a criminalização da pobreza e assim os cortes de investimentos no âmbito da Seguridade Social, o silenciamento de movimentos sociais que lutam pela defesa dos direitos humanos, a flexibilização do trabalho a partir da tentativa de aprovação da reforma trabalhista no governo Bolsonaro, a mercantilização da educação, a demonização de perspectivas teóricas da área das ciências sociais e humanas, principalmente seu direcionamento à teoria marxista, dentre tantos outros elementos. O papel da mídia nesse processo, vai principalmente na lógica de fortalecer esses



movimentos da ordem do capital, pois a maioria desses meios de comunicação estão nas mãos de conglomerados empresariais que se alastram pelos setores produtivos e de circulação do capital.

Assim, as/os assistentes sociais nas políticas sociais vivenciam nos mais diversos âmbitos a condição de subalternização da classe trabalhadora através das posturas tomadas pelo Estado, porém dentre as contradições oriundas da realidade social e no movimento de pensar o trabalho do Serviço Social e o Código de Ética que rege a profissão, destacam-se os elementos da necessidade de postura estratégica para pensar as possibilidades a partir do trabalho. Nesse sentido, apresenta-se o debate sobre a relativa autonomia em que,

é preciso avançar na problematização das competências e atribuições profissionais, considerando as manifestações contemporâneas da questão social e as respostas que o Estado dá frente ao redimensionamento e aprofundamento de suas contradições que retroalimentam o projeto conservador e alienante do capital. Nesta direção, a leitura crítica da realidade é fundamental e precisa ser transversal ao exercício profissional, expressando, sobretudo, a relativa autonomia técnica, teórica e intelectual da profissão (SOUZA e SILVA, 2017, p. 409).

Ao trazer a necessidade de avanço sobre as competências e atribuições da profissão, as autoras (SOUZA e SILVA, 2017) consideram que pensar a profissão também faz parte do movimento constante de pensar a realidade, e nisso os assistentes sociais são sujeitos fundamentais no processo de defesa dos direitos humanos e na luta contra as opressões. Entende-se que os espaços institucionais apresentam muitos desafios, mas é necessário que a profissão sustente sua posição de defesa da classe trabalhadora. A partir disso, cabe ao Serviço Social se articular nas diferentes instâncias de defesa, e cabe a categoria profissional se sentir implicada com as lutas da própria em classe contra à lógica do capital, pois isso, o debate que se entrelaça aos discursos trazidos nos meios de comunicação se apresentam enquanto fundamentais, cabe ao Serviço Social mobilizar-se e mobilizar sujeitos de direitos para esse debate.

Os desafios são inúmeros para a profissão, desde a formação até o exercício profissional, porém as possibilidades de consolidação do projeto societário defendido pela profissão se apresentam nos diversos âmbitos, desde espaços tradicionais das/os assistentes sociais, em seus trabalhos cotidianos, nos serviços das políticas sociais, em contato com as/os usuárias/os, nos espaços de controle social, de gestão, como também em espaços diferenciados, e neste caso destacam-se os meios de comunicação que são alternativos à lógica dos meios de comunicação comerciais, também popularmente denominados mídias alternativas. Essas mídias que podem ser pensadas como instrumentos estratégicos na divulgação e reflexão sobre os direitos sociais e a problematização da realidade nas





comunidades onde essas se inserem, mas não apenas nos espaços alternativos, é necessário disputar espaços nas mídias hegemônicas que possuem amplo alcance no país para denunciar a negação/retirada de direitos e ao mesmo tempo fortalecer a defesa da classe trabalhadora.

Pesquisadoras/es do Serviço Social que se debruçaram a estudar a comunicação na área do Serviço Social (Salles, 2011; Figueiredo, 2011; Espíndola, 2011) tratam sobre a importância de assistentes sociais se inserirem no debate sobre as transformações tecnológicas da informação, pensando o uso das diferentes mídias. Pois, profissionais que trabalham com as expressões da questão social devem estar diretamente implicadas/os com as demandas da população usuária e na defesa dos direitos sociais. E que a partir desses espaços assistentes sociais possam esclarecer “a importância da mobilização, do olhar crítico para as questões que envolvem violência e pobreza, saindo de uma lógica que legitima o senso comum e que viola direitos” (SOARES, 2018, p. 57).

Assim, retoma-se para que para além dos espaços do trabalho profissional nas políticas sociais, também a produção de conhecimento apresenta problematizações sobre esse espaço, em que evidencia-se:

as possibilidades de efetivação de uma dimensão educativa voltada para a emancipação humana – não sendo determinadas a priori pelo espaço ocupacional ou tipo de ação profissional – estão inscritas no próprio movimento contraditório das relações sociais. Pressupõem, portanto, mediações profissionais pautadas no fortalecimento de processos de mobilização, organização e protagonismo dos sujeitos, desafiando também uma articulação orgânica dos movimentos sociais (CLOSS, 2013, p. 221).

Ao decorrer do desenvolvimento socio-histórico da profissão, da produção de conhecimento, das articulações e lutas travadas e das ameaças do conservadorismo dentro e fora da profissão, pode-se destacar que os documentos que sustentam o projeto ético-político do Serviço Social e a direção dos fundamentos apresentam um grande espaço de potencialidades, cabe à categoria valorizar a história da profissão e lutar pelo futuro com vistas à transformação da realidade vigente.

#### **4. CONCLUSÃO**

Através dos debates realizados nesta produção evidenciou-se a importante construção do posicionamento do Serviço Social frente à lógica capitalista, mesmo permeado pelas contradições e também vivenciando as ameaças da lógica conservadora que estão presentes dentro e fora da profissão. Assim, a profissão se constitui no âmbito da resistência, e apresenta múltiplas potencialidades para o enfrentamento da desigualdades sociais, a partir



da defesa dos direitos da classe trabalhadora, na qual a profissão também está inserida, e também pelo *locus* privilegiado de trabalho que são as políticas sociais, com fins de potencializar a mobilização social.

A partir dessas potencialidades, cabe às/aos assistentes sociais disputarem os diversos âmbitos da sociedade como é o caso do meios de comunicação tradicionais e alternativos, dando ênfase a defesa dos direitos, denunciando a exploração e a expropriação da classe trabalhadora pela classe dominante. Para além, identifica-se que as produções destacadas neste artigo trazem debates sobre as mídias e como estas incidem na realidade, mostrando a importância de disputar os debates nesses espaços, tanto por assistentes sociais, como também por outros segmentos da classe trabalhadora.

A partir de uma perspectiva crítica, construir estratégias para enfrentar as condições subalternizantes que a lógica do capital coloca para a classe trabalhadora, faz com que a categoria de assistentes sociais se sinta desafiada para se inserir nesses espaços, construindo saberes e perspectivas diferentes das impostas pelo sistema capitalista. Ao mesmo tempo, é necessário compreender o movimento das relações sociais nessa sociabilidade mediando as adversidades que se apresentam para o âmbito do Serviço Social, assim como das Políticas Sociais.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS, **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. **Política Nacional de Comunicação do Conjunto CFESS/CRESS**. 3 ed. Brasília, 2016.

CLOSS, Thaisa Teixeira. Fundamentos do Serviço Social: Um estudo a partir da produção da área. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

ESPÍNDOLA, Nelma. Em defesa do diálogo entre a mídia rádio e o Serviço Social. In: RUIZ, Jefferson. & SALES, Mione. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 214-233.



FIGUEIREDO, Kenia. O Assistente Social na Era das Comunicações. RUIZ, Jefferson. & SALES, Mione. (Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 323-343.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, Crises e Conjunturas. Revista Serviço Social e Sociedade. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 130, p.409-425, dezembro 2017.

KELLER, Suellen. A ascensão do conservadorismo e o projeto neodesenvolvimentista: implicações ao Serviço Social. Revista Ser Social. IN: **Ser Social**, Brasília, v. 21, n. 44, p. 157-178, janeiro a junho de 2019.

MARINONI, Bruno. Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil. **Coletivo Intervezes**, nº 13, 2015.

NETTO, José P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. IN: MOTA, Ana Elizabete [ et al]. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, ABEPSS, Ministério da Saúde, 2006.

SALLES, Mione A. Mídia e Questão Social: o direito à informação como ética da resistência. In: RUIZ, J.& SALLES, M.(Orgs.) **Mídia, Questão Social e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 33-82.

SILVA, Juliana, A. SOUZA, Moema L. A relativa autonomia na literatura profissional do Serviço Social: elementos constitutivos do debate. Revista Textos e Contextos. IN: **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 403-413, agosto a dezembro de 2017.

SOARES, Jéssica Degrandi. **Rádios Comunitárias: as potencialidades para a promoção da informação sobre os direitos sociais**. 2018. 124f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018).